

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.016

ELEMENTOS DA TEXTUALIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

RUTE LEITE MEDEIROS

Professora do IFPB Cabedelo. Doutoranda pela Universidade de Salamanca na Espanha, rutedoutorado@gmail.com;

EDNA MARIA LOPES DA SILVA

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, medeia@yahoo.com.br;

RESUMO

Neste artigo iremos tratar sobre o uso dos mecanismos de coesão, coerência e intertextualidade enquanto elementos da textualidade, apresentando a construção de sentidos no texto (conhecimentos linguístico, enciclopédico e interacional) e as relações entre estes elementos baseando-se no construto teórico de estudiosos como Fávero, Koch e outros, com o intuito de refletir acerca da construção de sentidos em textos que tratam da Educação Antirracista. Iremos demonstrar a utilização de palavras ou expressões que podem ser consideradas discriminatórias, apresentamos uma problematização acerca das relações entre racismo e linguagem, bem como a relação histórica-gramatical. É bem verdade que nossa Língua Portuguesa é tão rica, ampla no seu léxico e mutável que não necessita de palavras ou expressões racistas, pois tem o termo adequado e politicamente correto.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Elementos da Textualidade, Racismo e linguagem.

INTRODUÇÃO

Falar sobre Educação Antirracista na perspectiva da Língua Portuguesa, necessariamente nos leva a pensar na variação linguística que é muito forte em nosso país tendo em vista a nossa própria colonização e o fato de sermos um país super miscigenado. Essa miscigenação nos proporcionou um léxico amplo e diversificado, uma língua riquíssima e cheia de possibilidades, de expressões e significados diferentes e, portanto, os fatores da textualidade nos permitem direcionar esses vários significados dentro de um campo linguístico que nos possibilita criar, buscar coerência e coesão, considerar a intertextualidade, a situacionalidade, informatividade, aceitabilidade e intencionalidade. Justamente considerando estes fatores, que com a questão do racismo estrutural e o linguístico que devemos analisar algumas expressões da Língua Portuguesa, antes eram tidas como corriqueiras, comuns e divertidas e passaram a serem consideradas desnecessárias do ponto de vista para uma busca de uma Educação Antirracista.

Do ponto de vista histórico, algumas expressões sobreviveram ao tempo e ainda hoje são usadas por muitas pessoas, mas que deveriam ser banidas, coisas do tipo: preto de alma branca; a coisa tá preta; mercado negro; lista negra, etc., que do ponto de vista da busca de uma consciência antirracista podem ser utilizadas palavras e expressões que terão a mesma informatividade mantendo a intencionalidade e situacionalidade de forma que possamos verdadeiramente ter a aceitabilidade de forma que nos distanciemos do preconceitos linguísticos.

Marcos Bagno foi um dos autores que tratou sobre o preconceito linguístico, que é fruto de uma sociedade discriminatória que faz distinção entre os modos de fala de várias classes sociais, prestigiando o falar da elite como correto e o falar da população em geral como sendo desprestigiada e errada. Porém, a nossa perspectiva sobre o racismo linguístico que vamos tratar aqui é o racismo que existe dentro de nossa língua portuguesa, que até bem pouco tempo era falado e ainda o é por todos, independente de classe social e econômica. Este preconceito linguístico, como demonstraremos passa até despercebido e é aceito em certas situações de uso, isto acontece ou por falta de conhecimento ou por uso cotidiano que gera uma cortina do que pode ser inferido naquela determinada situação.

TEXTO, PRECONCEITO E RACISMO LINGUÍSTICO

Vamos entender o que são: Texto, Preconceito e Racismo Linguístico. Do ponto de vista linguístico, texto é “[...] qualquer passagem falada ou escrita, que forma um todo significado independente de sua extensão” (FÁVERO e KOCK, 1983, p. 25). Isto desmistifica a ideia de que para ser texto tem que ser algo grande e difícil, é engano! A palavra chave para definir texto é SENTIDO, ter sentido, ter significado independente da extensão. Portanto, um Oi! É texto porque todos entendem que é uma saudação utilizada independente de classe social e econômica.

Para entendermos o que é Preconceito Linguístico utilizaremos a definição de que “o preconceito linguístico resulta da comparação indevida entre o modelo idealizado de língua que se apresenta nas gramáticas normativas e nos dicionários e os modos de falar reais das pessoas que vivem na sociedade, modos de falar que são muitos e bem diferentes entre si” (BAGNO, 2014, p. 38).

E por fim, definiremos Racismo Linguístico tendo como referencial o autor Nascimento (2019, p. 25) que diz: “Defino como toda forma de racialização que ocorre através da língua, na língua e pela língua”. Devemos entender sobre Racialização:

O processo de essencializar um grupo étnico - pode ser positiva ou negativa, ou talvez uma mistura dos dois. **Geralmente grupos que racializam outros de maneira negativa** também racializam a si mesmos de forma positiva (MONSMA, 2013, p. 06, grifo nosso).

Para Nascimento (2019) a língua portuguesa permite três possibilidades de racismo, que são: racismo na língua, pela língua e através da língua. O racismo na língua é representado pelas metáforas racistas, como exemplo disto trataremos o exemplo de chamar alguém de macaco, ou seja, para a gramática a metáfora é uma figura de linguagem que se caracteriza por comparar, neste caso do racismo linguístico acontece quando utilizamos a própria linguagem para comparar de forma pejorativa e negativa.

RACISMO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Temos muitas metáforas racistas fazendo alusão que tudo que é branco é bom e tudo que é negro é ruim, exemplo: “inveja branca” é inveja boa, deixando subtender que “inveja negra” é ruim; “Mulata”, muito embora convencionou-se uma

mulher que tem aptidões em sambar e hoje é visto como algo legal e divertido, porém, na língua portuguesa esta palavra deriva-se de mula, o que pode dá uma conotação de sambista burra, que é uma conotação racista; Temos também a palavra composta “Criado-mudo” que utilizamos para nomear um móvel de cabaceira que fica ao lado da cama, porém, esta nomenclatura tem origem na história colonial em que havia a escravidão, e aos negros escravos eram ordenados a segurarem objetos para os seus “donos”, de forma silenciosa, ou seja, sem esboçar nenhum ruído.

Em vários idiomas, não apenas na Língua Portuguesa, encontramos expressões e palavras de uso frequente para algumas pessoas, e em determinadas situações que são carregadas de metáforas e origens racistas.

Podemos inferir que o preconceito linguístico é

Neste caso, a racialização é mais agressivamente negativa, envolvendo uma estrutura maior de afirmações inter-relacionadas e explícitas, ou seja, uma ideologia racista. Também é imposta publicamente ao grupo dominado. Não fica restrita aos sentimentos internos do grupo que se crê superior (MONSMA, 2013, p. 06).

Os modos de fala, sentimentos de emoções servem para recriar a linguagem real e cotidiana que é moldada dando existência ao que existe em nosso redor. Ou seja, muitas palavras e expressões foram criadas em momentos históricos determinados, com contexto peculiar, como o Brasil Colônia, em que era considerado normal se ter pessoas como escravos, e com palavras e expressões rotulá-los, sem contar o castigo físico que não cabe neste artigo. Porém, mesmo com o passar do tempo, certas expressões perduram até os nossos dias, a principal delas é, justamente, a palavra “negro”.

RACISMOS PELA LÍNGUA

O Racismo PELA língua ocorre quando proferido em metáforas ou com o uso da própria palavra negro e conectores para reforçar, especificar algo.

Exemplos:

- a. Utilização de expressões como *‘serviço de preto’*, *‘só podia ser preto’*, de forma a relacionar algo mal feito às pessoas negras;

- b. Chamar uma pessoa negra de '*macaco*', de modo a identificá-la como tal;
- c. Proferir o termo 'negro' como forma de insulto a alguém. Ex: '*saia daqui negro*', '*não serei atendida por essa negra*', etc.

Fica evidente que é utilizada a própria gramática da língua portuguesa para ressaltar, trazer o lugar da fala racista para dá corpo e realidade ao sentimento que deveria ser banido do "ser humano", apesar de haver controvérsias para o significado desta palavra, porém ao utilizar preposições, adjetivos, substantivos, advérbios e por aí vai, fica perceptível em pequenas palavras a dimensão racista pelo outro, para inferiorizá-lo, para degradá-lo e até para trazer comicidade, dizem que de forma "ingênuo", mas que mesmo assim não deixa de machucar o outro, o seu interlocutor que não tem muitas vezes o seu lugar de enunciação respeitado, nem para se defender.

RACISMO ATRAVÉS DA LÍNGUA

O **Racismo ATRAVÉS DA LÍNGUA** gerada nas chamadas políticas linguísticas, que são, na maioria das vezes, políticas diretas ou indiretas do Estado que selecionam os falares de povos brancos como mais adequados e dignos de serem falados ou ensinados, isto não é algo ilusório, mas por séculos constituído como comum, normal, corriqueiro e pior, aceito. Este tipo de **Racismo ATRAVÉS DA LÍNGUA**, cabe ao que tratamos em nossa Língua Portuguesa dentro do tema da Textualidade do que intitulamos de Intencionalidade, esclarecemos que não estamos tratando apenas do significado dicionarizado, mas o elemento textual que é a Intencionalidade que traz o que Lucchesi (2009, p. 4) afirma como:

O preconceito contra as variedades populares do português falado no Brasil tem um caráter social, excludente e discriminatório. [...] Ou seja, o preconceito se impõe mais fortemente em relação às marcas das línguas africanas que aparecem na variedade popular do português brasileiro.

Claro que essa variedade e esse racismo linguístico têm uma explicação histórica por conta da nossa colonização, por conta de como o Brasil iniciou, o como, o por quem, a sociedade que foi surgindo e que faz parte da nossa história e nossa sociedade, porém esta afirmação serve para refletirmos o que deve ser banido, rejeitado tanto do nosso convívio quanto do nosso código linguístico. Para

entendermos isto melhor, vamos refletir sobre as palavras de Nascimento (2019) dentro deste contexto:

Se, por um lado, o sujeito se submete à língua, por outro, **a língua muda por meio do sujeito e das convenções criadas através da língua** que não são auto-conscientes. Por isso, as línguas têm sujeitos por trás delas. De outra forma, as línguas não são neutras e sempre são atravessadas por processos de poder, como os próprios sujeitos (NASCIMENTO, 2019, p. 18, grifo nosso).

O que Nascimento nos traz é justamente o entendimento que a nossa língua não surge do nada, mas que ela é socio-historicamente construída, por sujeitos que têm consciência, que vivem em sociedade e, portanto, estão sujeitos às convenções que a própria língua faz parte. E infelizmente, como dissemos anteriormente, esta língua também vem carregada de emoções e sentimentos muitas vezes negativos, como o racismo linguístico.

E como este tópico traz o racismo linguístico através da língua, é o que vamos chamar de intencionalidade às avessas, quando ao invés de utilizarmos certas expressões passarmos a substituí-las sem perder o contexto, a coesão e a coerência, como por exemplo:

- “nega maluca”, por “bolo de chocolate”;
- “preto de alma branca”, por “pessoa boa”;
- “a coisa tá preta”, por “a situação está difícil/perigosa”.

A Língua Portuguesa tem capacidade e permite ao sujeito muito mais do que representar o mundo, mas, tomando os processos linguísticos analisados por Mikhail Bakhtin (1997) e seus elementos, que são: Conteúdo temático, estilo e construção composicional, fazer parte do agir sobre o mundo e permitir que os sujeitos ajam sobre este através dos seus falares. Nesse caso, a racialização é um processo de poder, não necessariamente produzido numa estrutura histórica linear, ou num tempo definido, mas a partir de espaços situados e datados. Como nos colocar Nascimento (2019):

A racialidade é o nome político da raça, creio. [...] Isso mostra a toda prova como **a linguagem é um processo multiplicador do racismo** enquanto instituição básica e estrutural das nossas sociedades modernas. Por isso, entendo [...] que **a raça é algo imposto a mim pelo colonizador** (NASCIMENTO, 2019, p. 42, grifo nosso).

Há um neologismo que vai definir esse processo do colonizador sobre o colonizado chamado de Processo de Linguicídio, que nos lembra o suicídio da linguagem, vejamos: “[...] É a colonialidade que, ao se expandir pela via da Companhia de Jesus, trouxe consigo a língua como um bem imaterial de dominação no país, de maneira a tornar os indígenas cativos dóceis da terra e os negros, animais da terra” (NASCIMENTO, 2019, p. 19, grifo nosso). Pois, há uma submissão de poder, que alimenta as desigualdades, que funda nas origens nacionais o conceito moderno de língua nacional e que nos faz discutir sobre uma Educação Antirracista.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

As políticas públicas em nosso país têm sido desenvolvidas, discutidas e repensadas para melhor desenvolvimento da pessoa humana. Pensar o antirracismo numa prática pedagógica perpassa por compreender o que é uma educação antirracista e precisamos entender as políticas públicas que relacionam antirracismo e educação.

Se fala bastante das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, pois ambas versam sobre a obrigatoriedade da temática histórica e cultural de negros e indígenas no currículo oficial da educação básica brasileira. A primeira lei é considerada um referencial para a prática pedagógica antirracista no Brasil. Entretanto, um longo e árduo caminho foi construído até culminar em sua assinatura.

A escola, enquanto instituição social e educativa, é o lugar privilegiado para promover o pleno desenvolvimento do indivíduo exercendo um papel de relevante importância nesse processo de luta contra o preconceito e a discriminação racial. Por sua vez, enquanto sujeitos, mediadores e professores, temos grande responsabilidade com o processo de formação, socialização e interação dos diferentes sujeitos que chegam a ela. Sobre isso, Santos afirma que:

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo, por possibilitar em seu espaço físico a convivência de pessoas com diferentes origens étnicas, culturais e religiosas. Além disso, sua atuação é intencional, sistemática, constante e obrigatória [...] Cabe sublinhar a sua potencial responsabilidade em contribuir para a transformação dos processos de exclusão de parte da sociedade. Ela pode impulsionar uma ação cultural e política, a

caminho da transformação da sociedade, por meio da transformação do indivíduo e das relações sociais (SANTOS, 2001, p.105-106).

A nossa diversidade étnico-racial é uma característica de nossa sociedade, bem como também temos o racismo estrutural que vai influenciar no ensino da Cultura Africana e na Cultura dos Afrodescendentes, estas demandas, podemos dizer que, são hoje umas das mais importantes demandas educacionais no Brasil.

Ainda é um desafio educacional suprir as demandas historicamente construídas pela diversidade étnico-racial e pelo racismo estrutural que ainda é perceptível em nossos dias. Falar sobre o ensino da Cultura Africana e da Cultura dos Afrodescendentes é reconhecer a importância desses povos para a construção de nossa identidade. Considero que a nossa alegria, o cardápio delicioso que ainda nos dias de hoje temos, a força do trabalho, a capacidade de superar tragédias e dias terríveis nos faz entender que por mais que tratemos dessas culturas ainda é pouco para a contribuição dada a todos nós brasileiros. Como aponta Gomes (2017, p.88):

A formação histórica da sociedade brasileira é baseada em concepções racialistas oriundas da colonização, da escravidão e do autoritarismo. Assim, uma vez que um suposto cientificismo atestou por muito tempo a inferioridade das pessoas negras, a identidade racial branca tornou-se e ainda permanece normativa em nossa sociedade, inclusive no ambiente escolar, produzindo e reproduzindo preconceitos.

A citação supracitada nos traz para o lugar de indagar como a criança negra se vê refletida na escola e na sociedade? Quais as condições oportunizadas pela escola para que esta criança tenha a sua identidade respeitada, tenha consciência de que sua imagem é positiva? E também, que os educadores sejam preparados para ver a cultura Africana e Afrodescendente não para mostrar a parte negra de nossa história de colonização, mas que seja a oportunidade de dá visibilidade a contribuição desses povos para nossa existência enquanto Brasil.

E, embora ainda estejamos muito longe de um ideal, as pautas de defesa dos direitos de indivíduos e grupos que durante séculos foram marginalizados buscam atender à demanda das questões raciais. Ao tecer considerações sobre educação antirracista, Cavalleiro (2001) aponta a necessidade de realização de ações concretas para que se construa uma sociedade igualitária, sendo o ambiente escolar um espaço privilegiado para a realização de um trabalho de (re)conhecimento da diversidade e respeito às diferenças raciais. A autora complementa ainda que

A educação antirracista é pensada como um recurso para melhorar a qualidade do ensino e preparar todos os alunos e alunas para a prática da cidadania. [...] Visa a erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra (CAVALLEIRO, 2001, p.149-150).

O combate a qualquer tipo de preconceito, seja ele social e racial é imperativo para nossa sociedade e mundo, e isto deve começar na educação doméstica, se estender à educação escolar e ser materializada na sociedade. Sabemos que isto não é tarefa fácil e estanque:

Não é tarefa fácil, visto que, em muitas situações, teremos que lutar contra a história oficial, os meios de comunicação, a educação familiar e religiosa. Precisamos estar bem atentos para não difundirmos visões estereotipadas e preconceituosas não só em relação ao grupo negro, mas também aos demais grupos socialmente discriminados. É imprescindível a realização de um trabalho preventivo e educativo. Um posicionamento caro diante dos desafios e vontade fazem a diferença (CAVALLEIRO, 2001, p.159).

Acrescenta-se ainda que uma educação antirracista requer não apenas uma mudança nos currículos, mas nas formas de pensar, nos discursos, nas posturas e nos modos de tratar as pessoas negras. Requer a preocupação de preparar indivíduos que assumam uma postura crítica frente a um sistema que gera tantas desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como iniciamos anteriormente a argumentação, nenhuma língua tem cor porque nenhuma língua existe em si. Entretanto, ao serem politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder, dentre os quais o próprio colonialismo fundado a partir de 1492 e a colonialidade que ainda continua entre nós como continuidade dele (NASCIMENTO, 2019).

Ou seja, a língua é um espaço de luta da racialidade porque é por meio dela em que se nomeia e se racializa. Se quisermos entender de maneira mais contundente a língua, ela também pode ser um espaço de resistência do próprio negro e dos povos originários, nomeados por nós como indígenas.

Ao considerarmos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a língua é uma posição nessa estrutura, e, portanto, entendemos que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011. Acesso em: 04 set. 2023.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

_____. **Proposta para Base Nacional Comum da formação de professores da educação básica**. Versão Preliminar. Brasília, DF: MEC, 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Igedora Villaça. **Linguística textual**: introdução. São Paulo, Cortez, 1983.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: CAVALLEIRO,

Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

LUCCHESI, Dante. Racismo linguístico ou ensino pluralista e cidadão? **Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**, São Carlos, v.1, n.1, p. 1-5, ago. 2008. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1137>. Acesso em: 10 set. 2023.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal (RN): ANPUH, 2013.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019. ISBN: 978-85-9530-300-3.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.